

Charles Michel
Presidente do Conselho Europeu

Ursula von der Leyen
Presidente da Comissão Europeia

Andrej Plenković
Primeiro Ministro da Croácia / Presidência da UE

Carta enviada por:

ec.secretariat@european-council.europa.eu; ec-president-vdl@ec.europa.eu; predsjednik@vlada.hr

RE: Mensagem da Confederação Europeia de Sindicatos anterior à reunião do Conselho Europeu de 23 de Abril de 2020

Caros Presidentes,

A CES, que representa 45 milhões de trabalhadores em toda a Europa, gostaria de chamar a vossa atenção para a emergência social sem precedentes decorrente do surto de COVID-19.

Mais de 40 milhões de trabalhadores na Europa perderam os seus empregos ou encontram-se temporariamente no desemprego. Prevê-se que este número venha a aumentar, podendo vir a atingir 60 milhões de trabalhadores antes do fim desta emergência, sendo que, em muitos países, esta previsão não inclui as categorias mais afetadas, como é o caso dos trabalhadores atípicos, precários ou não documentados, já para não referir os trabalhadores migrantes, móveis e fronteiriços.

Por esta razão instamo-los, enquanto dirigentes da UE na reunião do Conselho de 23 de Abril de 2020, a adotarem as medidas de emergência propostas pela Comissão Europeia e pelo Eurogrupo, sem demora e sem condições: os trabalhadores, as empresas e os serviços públicos não podem continuar à espera.

Apesar de saudarmos as medidas da UE adotadas até ao momento, não podemos deixar de sublinhar que aquelas se revelam insuficientes e que, em alguns casos, a sua implementação não está a ser levada a cabo de forma adequada.

Para além disso, estas medidas da UE foram adotadas sem qualquer envolvimento dos Parceiros Sociais. Esta emergência afeta em especial os trabalhadores e as empresas; é, portanto, inaceitável que as instituições europeias tenham implementado todas as ações sem sequer ter havido lugar a uma consulta prévia dos Parceiros Sociais.

O diálogo social, a negociação coletiva, a participação dos trabalhadores e os padrões de segurança e saúde no trabalho desempenham um papel essencial na resposta à crise.

Neste sentido, apelamos a que:

1. Envolvam plenamente os Parceiros Sociais a todos os níveis na implementação das medidas de emergência, com particular referência ao Esquema Europeu de Segurança no Desemprego - 'SURE'.
2. Envolvam plenamente os Parceiros Sociais a todos os níveis na implementação da "Comunicação sobre um Roteiro Europeu para levantar as medidas de contenção da COVID-19". O Roteiro necessita ainda de ser complementado com uma abordagem baseada em riscos e com medidas de prevenção adequadas no que à segurança e saúde no trabalho diz respeito.

3. Envolvam plenamente os Parceiros Sociais a todos os níveis no desenho e na implementação da Estratégia de Recuperação, bem como dos fundos e medidas com ela relacionados.
4. Garantam o respeito total pelos direitos dos trabalhadores e pelos direitos sindicais, nomeadamente a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda da ONU para 2030, as Convenções da OIT, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta Social Europeia do Conselho da Europa.
5. Intervenham nos casos em que os Estados Membros estejam a comprometer estes direitos e princípios, ao aproveitarem-se das medidas de emergência.

Em especial no que à adoção da Regulamentação que estabelece o “SURE” diz respeito, instamo-los a garantirem:

1. Que a duração do SURE vá além do período de emergência, como forma de proteger o emprego também durante o período de recuperação.
2. Que o âmbito da medida se mantenha centrada no emprego e não seja alargada a medidas relacionadas com saúde.
3. Que todos os Estados Membros apresentem as garantias necessárias à operacionalização atempada do ‘SURE’.
4. Que todos os Estados Membros implementem com urgência medidas como o trabalho de curta duração, o regime de compensação pela perda de rendimentos ou outras similares, com base numa cobertura universal, na adequação e com o envolvimento total dos Parceiros Sociais.

Por último, apelamos a que se dê de imediato início a um plano europeu de recuperação claro, ambicioso e coordenado, construindo um modelo económico sustentável, justo e inclusivo.

Necessitamos de um grande estímulo apoiado por uma União Europeia capaz de mobilizar recursos e investimentos, no sentido de conseguirmos enfrentar o sério risco de uma enorme recessão e desemprego após a fase de emergência.

Isto significa perceber de que forma se poderão expandir e prolongar as medidas de emergência, continuando ao mesmo tempo a garantir total flexibilidade, bem como a suspensão do Pacto de Estabilidade e Crescimento durante o tempo que se revelar necessário.

De modo a garantir a eficácia de uma estratégia de recuperação, esta deverá ser acompanhada de um rápido acordo sobre um novo e ambicioso Quadro Financeiro Plurianual (QFP) designadamente a possibilidade de um Fundo Europeu de Recuperação (FER) específico.

O QFP deverá ser aumentado para 2% do PIB europeu, em consonância com a ambição exigida. Para tal, a única via será o aumento significativo dos próprios recursos da UE, através de um instrumento de dívida comum assegurado pela UE.

Apelamos a que ponham de lado todas as diferenças e a que acordem tão depressa quanto possível estas medidas e instrumentos.

Estão em jogo a democracia, a economia e a coesão social da Europa. Há que defender e reforçar o projeto europeu através da criação da confiança das pessoas e demonstrando que a Europa consegue garantir a proteção de todos nestes tempos tão difíceis.

Agradecendo a vossa atenção
Com os meus melhores cumprimentos,



Luca Visentini
Secretário Geral da CES